

## **Estudos sobre a assistência e controle de crianças e jovens ditas anormais e delinquentes em Santa Catarina (1930-1951)**

### **Studies about care and control of children and juvenile called abnormal and offenders in Santa Catarina (1930-1951)**

Bruna Viana\*

Fernanda Biava Cassettari\*\*

**Resumo:** Neste trabalho procura-se discutir algumas das práticas de assistência e controle voltadas para infância e juventude considerada anormal e/ou infratora em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1940. Em consonância com a política varguista, foram realizadas uma série de mudanças no âmbito da saúde pública, educacional e penal no estado, que acabaram por se desdobrar na criação de uma rede de instituições. Estão localizadas neste período a construção do Hospital Colônia Sant'Ana (HCS) e a ampliação da Penitenciária da Pedra Grande. É possível pensar, as práticas de internamento e reclusão das crianças e jovens, considerados anormais e/ou delinquentes, como resultado de uma forte normatização das condutas da população. A pesquisa surgiu do projeto de extensão e pesquisa intitulado *Arquivos marginais*. Ligado ao Laboratório de Patrimônio Cultural do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina, o projeto conta com a coordenação da Profa. Dra. Viviane Trindade Borges.

**Palavras-chave:** Menores. Crime. Loucura.

**Abstract:** In this paper, we tried to discuss some of the control and care practices aimed at children and juvenile considered abnormal and/or offender in Santa Catarina between the 1930s and 1940s. In line with the Vargas policy were realized a lot of changes in public health, education and criminal in the state, which unfolded in the creation of a network of institutions. The construction of the *Hospital Colônia Sant'Ana* (HCS) and the expansion of the *Penitenciária da Pedra Grande* are located in this period. It is possible to consider the practices of internment and imprisonment of children and juvenile called abnormal and/or offenders as a result of strong regulation of the population's behavior. The search originated from the extension and search project entitled *Arquivos Marginais*, which is associated to the *Laboratório de Patrimônio Cultural* of the history degree course of *Universidade do Estado de Santa Catarina*. Dra Viviane Trindade Borges coordinates the project.

**Keywords:** Minor. Crime. Madness.

---

\* Universidade do Estado de Santa Catarina.

\*\* Universidade do Estado de Santa Catarina.

## **Introdução**

Em *A governamentalidade* Michel Foucault (1986) descreve a forma como o Estado moderno passa a gerir as condutas da população, numa relação entre o governo de si, da família e do Estado. Muito em função da expansão demográfica, no final do século XVII a população transformou-se em um problema central para os governos. Guardadas as especificidades relacionadas à diferente espacialidade e temporalidade de que trata Foucault (1986), a Europa do século XVII, a noção de gestão da população é importante para pensar os temas e período propostos para esse artigo.

Cynthia Machado Campos (2008, p. 21) destaca o final da década de 1930 e início dos anos 1940 em Santa Catarina como um “momento de vários investimentos institucionais”. Na perspectiva da autora, tais investimentos estavam voltados para a consolidação de dispositivos de controle, com a tentativa de homogeneização da população. Efetuadas no governo de Nereu Ramos tais iniciativas estiveram vinculadas ao projeto político de nível nacional e buscou a “promoção da modernização catarinense, dentro da proposta de desenvolvimento de uma identidade nacional sustentada pela educação pública e pela saúde” (AMORA, 2012, p. 50). A política empreendida pelo Estado Novo tinha como seu principal projeto o reconhecimento e o enfrentamento da questão social.

Colocando-se em contraposição aos governos anteriores, tal projeto político dispunha-se a superar as necessidades em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade de pobreza. Entre os critérios para a promoção da melhoria das condições de vida das pessoas estava a valorização do trabalho. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes (1988, p. 218), “O sentido principal e o núcleo da proposta de renovação e humanização do Estado encontravam-se ligados a um esforço consciente de atribuição de um valor positivo e intrínseco ao trabalho.” Neste sentido, desenhou-se o cidadão ideal como o bom trabalhador.

Por meio do processo de segregação de determinados grupos considerados desviantes buscou-se realizar a gestão das condutas da população, o que acabou por se desdobrar na construção de instituições de isolamento social. Foucault (2013, p.

116) chama estes espaços, como hospitais e prisões, de instituições de sequestro, as quais ligariam os indivíduos a um aparelho de normalização das condutas, provocando a “inclusão por exclusão”. Tais espaços se multiplicaram ao longo do século XIX, objetivando três funções imbricadas: o controle do tempo, do corpo e da produção de um saber a respeito dos indivíduos submetidos ao olhar controlador. São instituições especializadas, “as fábricas feitas para produzir, os hospitais, psiquiátricos ou não, para curar, as escolas para ensinar, as prisões para punir -, o funcionamento destas instituições implica uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas” (FOUCAULT, 2013, p. 116), controlando toda a existência dos indivíduos.

Tratando especificamente da obra assistencialista realizada no governo de Nereu Ramos em Santa Catarina Cynthia Campos (2008, p. 107) elenca uma série de instituições que passam a funcionar no estado a partir de meados de 1930. Em 1926 é decidido abrir no Estado de Santa Catarina a sua primeira penitenciária. Em setembro de 1930 é inaugurada a Penitenciária da Pedra Grande, sendo espaço de reclusão para adultos, homens e mulheres, e os menores infratores. Em 1936 o Serviço de Saúde Pública de Santa Catarina foi reorganizado, transformando a antiga Diretoria de Higiene em Departamento de Saúde Pública. O Departamento era responsável pela centralização administrativa de Centros e Postos, construídos nos anos finais de 1930, localizados nas principais cidades do estado. Em 1940 foi criado o Serviço de Assistência a Psicopatas, responsável por lançar as bases para a construção do HCS, em 1941; o Serviço de Atendimento aos Lázarus, com a criação do Leprosário Santa Tereza e uma rede de hospitais pelo estado, sendo o Hospital Nereu Ramos instalado na cidade de Florianópolis.

Ainda em 1940 é inaugurado o Abrigo de Menores, também localizado na capital do estado, ampliando os serviços do Juizado de Menores da Comarca de Florianópolis, que havia sido criado em 1935. A ampliação dos serviços de assistência e reclusão atingiu também a Penitenciária do Estado, que passou por ampliação e reformas em suas instalações em 1936, modernizando o seu sistema. Vemos assim, com os exemplos citados, a criação de uma teia institucional no estado, que atingiu os âmbitos da higiene, saúde, educação e conduta da população.

Neste artigo apresentam-se os resultados de pesquisas que buscaram compreender como se deram os processos de aprisionamento e internamento de crianças e jovens no Hospital Colônia Sant’Ana e na Penitenciária da Pedra Grande nas décadas de 1930 e 1940. As pesquisas foram realizadas através do projeto *Arquivos Marginais*, coordenado pela professora Dra. Viviane Trindade Borges e vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. O projeto tem como objetivo salvaguardar e disponibilizar para pesquisa prontuários das duas referidas instituições.

### **De menor a delinquente: os infratores na Penitenciária da Pedra Grande**

Este estudo tem como objetivo principal perscrutar os casos de menores infratores enviados à Penitenciária Estadual da Pedra Grande em Florianópolis, entre os anos de 1931 e 1945, problematizando a maneira como estes foram instituídos, através da análise minuciosa de prontuários<sup>1</sup> e regulamentos. A instituição penal foi inaugurada na data de 21 de setembro de 1930, mas seu projeto já vinha sendo idealizado desde 1926. Antônio Luiz Miranda (1989) enfatiza que o debate sobre a penitenciária ocorria desde a década de 1920, durante o governo de Hercílio Luz. Esse período era de grande instabilidade, já que diversas mudanças sociais e políticas estavam acontecendo. Essas alterações no cenário da capital catarinense envolviam a estabilização do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana, as mudanças no panorama da cidade, com o surgimento de uma nova maneira de pensar e um posicionamento da burguesia, que apoiava a construção dessa instituição de controle penal na capital, para além do seu bem-estar, mas como modo de firmar a sua importância perante as decisões para a cidade. Esse discurso favorável à instituição reverberava em diferentes âmbitos da cidade, como nos dirigentes governamentais e na própria imprensa.

---

<sup>1</sup> Os prontuários são documentos carregados de subjetividades, com uma linguagem difícil, que muitas vezes carregam erros gramaticais. Tais fontes são importantes, pois carregam informações da vida do detento antes de entrar no estabelecimento, o crime cometido, seu cotidiano na visão dos funcionários da penitenciária e, além disso, podem conter documentos pessoais do sujeito, como correspondências e fotos. Por esses motivos o trabalho estabelece um cuidado ético, pois são documentos sensíveis, a pesquisa no acervo da Penitenciária exige cuidados com a integridade do detento, mencionado ou referido através do uso de pseudônimo, visando preservar a sua identidade.

A construção de uma penitenciária estava na ordem do dia da cidade, no discurso de todos os dirigentes e na imprensa. Na realidade, a questão tornara-se parte importante na construção de um projeto nacional, e era extremamente relevante para o estado de Santa Catarina cumprir o dever de se modernizar (CAPONI; REBELO, 2007. p. 1221).

A construção do prédio visava a aplicar na prática as políticas higienistas, de limpeza das cidades e de uma preocupação com a saúde e espaço público que foram adotadas pelo governo de Adolfo Konder (1926-1930). A penitenciária foi uma das primeiras obras relacionadas a estas políticas, e uma breve leitura dos prontuários da instituição evidência que, juntamente com adultos condenados por seus crimes, eram acolhidas nesse espaço as pessoas que não se encaixavam nas normas da sociedade daquele período, como os menores abandonados, menores infratores, prostitutas, mendigos, viciados e pessoas com problemas de saúde mental. Apesar de, no discurso, a Penitenciária ser instituída como um espaço adequado, que possibilitaria a regeneração do indivíduo, na prática, o caráter da reclusão continuava o mesmo.

**Imagem 1 – Vista externa da Penitenciária da Pedra Grande em 1930**



**Fonte: Acervo IDCH**

Observando a figura 1, é possível analisar diversas mudanças. Primeiro, a rua que passa na frente da instituição não é asfaltada e não tem nenhuma construção aos arredores. Atualmente é a Rua Lauro Linhares, uma das principais vias da cidade de Florianópolis, tendo em todo o seu trajeto construções paralelas. Também se destaca a pedreira nos fundos da instituição, onde eram empregados os detentos que recebiam “uma diária [...] esses presos trabalham sem fiscalização direta da Penitenciária [...] essa experiência tem resultados vitoriosa, já quanto à maneira de se conduzir dos detentos sob a medida ampla liberdade que se lhes dá” (Biblioteca do Estado. Penitenciária do Estado de Santa Catarina – Setembro 1940). Podemos ainda destacar a vila dos operários no fundo da instituição a qual era habitada pelos vigilantes com suas respectivas famílias “uma vila junto a Penitenciária. As residências ali eram propriedade do Estado” (Biblioteca do Estado. Setembro 1940).

Conforme foi dito, essa pesquisa está focada em duas questões, a primeira sobre o lugar destinado aos menores infratores na década de 1930 em Florianópolis, e o segundo ponto sobre as formas de tratamento e comportamento destes sujeitos dentro da penitenciária, conforme os registros institucionais que procuravam moldar tais sujeitos para que estes retornassem ao convívio social.

Em toda a década de 1930 e 1940, o número de menores infratores frequentando a instituição sempre foi percentualmente muito reduzido, ao menos segundo os dados acerca desse passado, que permaneceram e chegaram até os historiadores. Pelo levantamento dos prontuários, na década de 1930 e 1940, 1181 pessoas haviam passado pela instituição, desse total, 46 eram menores. Esses números são referentes à quantidade de prontuários que constam no acervo do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). Muitos dos documentos podem ter se perdido ao longo do tempo, entretanto, ainda assim, a documentação a que se teve acesso serve como base estatística para o presente estudo. Esses dados são imprecisos, primeiramente por não apresentarem um número definitivo de presos, mas uma estimativa baseada nas fontes do acervo. Porém, ainda nos permitem ter uma visão geral e questionar a relação de espaços dentro da instituição, como a quantidade de celas que, até 1935, eram no total de 74 e após a reforma de 1936, passaram para 154 celas; galerias e espaço destinado às oficinas; ou seja, como essa organização era pensada. Essas problemáticas são

importantes para analisar como nesse espaço funcionava à disposição do funcionamento e lugares da penitenciária, já que percentualmente os menores eram minoria.

O Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 era conhecido como Código Mello de Mattos e continha 231 artigos, referentes aos diretos dos menores, abandonados e delinquentes, e tinha como objetivo abarcar os sujeitos empreendidos. De acordo com o “Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo” (Código de Menores, 1927). Santa Catarina não possuía nenhuma instituição para reclusão exclusiva de menores até 1940, assim o Código de Menores, decretava no artigo 87 seguinte cláusula:

Art. 87. Em falta de estabelecimentos apropriados á execução do regimencreado por este Codigo, os menores de 14 a 18 annos sentenciados a internação em escola do reforma serão recolhidos a prisões comuns, porém, separados dos condemnados maiores, e sujeitos a regime adequado; - disciplinar o educativo, em vez de penitenciário.

O termo “menor” é utilizado neste artigo para se referir às pessoas entre 14 e 18 anos no recorte temporal de 1931 a 1949, corroborando uma questão jurídica estabelecida a partir de 1920, quando o termo “menor” passou “a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade” (TORRES-LONDOÑO, 1992, p.129). Esse termo era referido a “criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade” (TORRES-LONDOÑO, 1992, p. 135), “pressupondo que os menores que ficavam sujeitos às ruas, entregues à sua própria vontade, tinham a rua como escola, influenciando-os negativamente” (BIAVA, 2015, p. 3).

Os prontuários analisados para este trabalho são compostos por diversos officios. Podemos entendê-los como diários/dossiês institucionais do detento, mas esse diário em sua grande parte é escrito pelos funcionários da instituição, havendo a seleção do que deve ou não ser inserido e como isso será feito. Também é possível ter registros escritos pelo próprio sentenciado, como as suas cartas censuradas e alguns

ofícios endereçados ao diretor. O prontuário é a narrativa sobre a estadia do interno no estabelecimento penal.

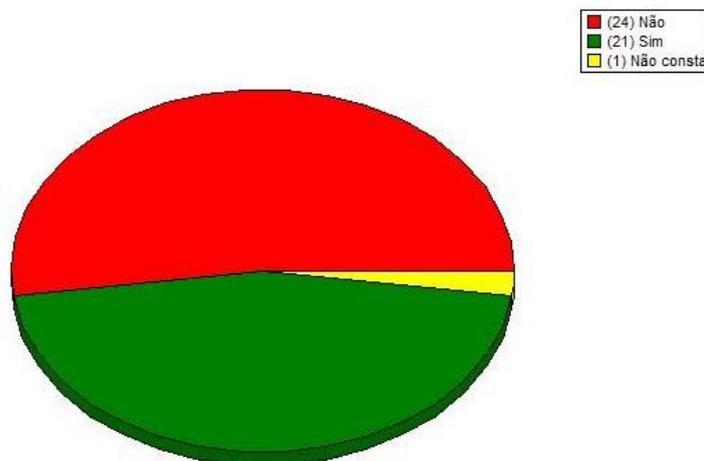
Cabe destacar um trecho do trabalho de Viviane Trindade Borges, se referindo ao tratamento dado a esses documentos e de como essas fontes nos proporcionam um novo olhar sobre o crime e a menoridade, principalmente por esses documentos procurarem tratar como “verdade única” sobre a vida dos sentenciados:

Desta forma, torna-se necessário fazer um uso subversivo dos prontuários, na tentativa de perceber o cotidiano e as marcas dos marginalizados na entrelinhas destes documentos oficiais. São vestígios que evidenciam comportamento, normas internas, relações convívio, poder, formas de tratamento, de punição, e sobretudo o cotidiano institucional. Em meio à aparente uniformidade de formulários amarelados pelo tempo, é possível encontrar brechas, alguns “instantes de vida de personagens comuns”, subjetividades que estilhaçam imagem homogênea do mundo institucional, instigando um novo entendimento a respeito das instituições. (BORGES, 2013, p. 14)

De acordo com o que foi dito anteriormente, o prontuário é constituído por diversos documentos, entre eles, a Carta Guia, que informa a sentença do condenado, diferentes ofícios, como, pedidos para ver o diretor, comportamento na aula e no trabalho, pequenos formulários dizendo quantas vezes foi ao médico ou ao dentista e que livros tem lido. Esses documentos variam para cada prontuário, como também o seu volume de folhas.

Os sujeitos menores internados pela Penitenciária da Pedra Grande, desde sua entrada na instituição, são regulados, na forma de registros e observações constantes no prontuário a fim de determinar quem eram aqueles que haviam “alcançado” as finalidades da internação. Conforme os prontuários, é possível elencar alguns pontos que parecem ter sido considerados relevantes, tais como, tipo de crime que foi condenado, as companhias com que andava antes de cometer o crime, se sua família tinha boa ou má índole, instrução escolar. Dos menores que ficaram reclusos na Penitenciária entre as décadas de 1930 e 1940, a maioria não sabia ler ou escrever, como segue o gráfico:

Gráfico 1 – Instrução escolar



Fonte: Tabela de dados IDCH

No prontuário é posto o item “sabe ler” e o mesmo sempre é preenchido com “sim” ou “não”. A partir da análise e leitura dos documentos percebi que esses dados são imprecisos, pois, se referem muitas vezes só ao fato de ler e escrever o seu nome. Segundo o Código de Menores (1927);

Art. 102. Igualmente não se pôde ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos. e que não tenham completado sua instrucção primaria. Todavia. a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensavel para a subsistencia dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, comtanto que recebam a *instrucção escolar, que lhes seja possivel.*

Para modificar esse sujeito desviante a instituição penal da Pedra Grande passou a tratar os menores infratores a partir de duas premissas, a primeira seria a educação e a segunda o trabalho. Caberia ao estado regenerar todos os desviantes para que, quando saíssem da penitenciária, fizessem parte dos jovens que serviriam para o progresso da nação.

A questão da educação é reforçada principalmente nos prontuários a partir de 1936, com a entrada de Edelvito Araújo na direção. Foucault (2012, p. 41), referindo-se às escolas de forma geral, acrescenta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Partindo das análises a respeito dos prontuários, a escola dentro da Penitenciária existia para regenerar o menor, caminhando junto com as propostas de oficinas e de controle da salubridade, sendo

que essas questões estiveram interligadas e faziam parte do projeto governamental de regeneração dos desviantes por parte da instituição, objetivando transformar o detento em um sujeito capaz e produtivo para a sociedade. Dos 46 prontuários, 22 já foram analisados, desses 16 entraram na instituição penal sem saber ler ou escrever, a partir da análise da documentação, 4 apresentam em seus prontuários a informação de que foram alfabetizados dentro da penitenciária.

Neste trabalho, procurei traçar como a Penitenciária se instaura na capital catarinense, entre as décadas de 1930 e 1940. Como foram aplicadas as medidas de padronização da cidade, a partir de padrões civilizatórios, que excluía todos os sujeitos desviantes, entre eles os menores, e como essas políticas públicas foram sendo aplicadas nesta instituição de controle social.

### **Hospital Colônia Sant’Ana e a assistência a crianças e jovens**

A pesquisa com os casos de crianças e jovens internadas/os no Hospital Colônia Sant’Ana entre os anos de 1942 e 1951 foi realizada com a documentação presente no Centro de Documentação e Pesquisa do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina – CEDOPE/Ipq/SC. O centro foi inaugurado no final de 2011, ano em que a antiga instituição comemorou 70 anos de funcionamento. Com o objetivo de salvaguardar e disponibilizar para pesquisa o acervo documental proveniente do HCS, o projeto surgiu de uma parceria entre a Universidade do Estado de Santa Catarina e o Ipq/SC. A criação de um centro reflete a demanda e interesse por esse passado de sofrimento, buscando não esquecer suas memórias, movimento próprio de nosso tempo.

Inaugurado no final de 1941 no município de São José, destinado a suprir a demanda por atendimento psiquiátrico da população do estado de Santa Catarina, o Hospital Colônia Sant’Ana abre suas portas em janeiro de 1942, quando recebe seus primeiros pacientes. As instituições que até a década de 1940 forneciam algum tipo de assistência aos considerados doentes mentais em Santa Catarina eram o Hospital de Azambuja (1902), localizado na cidade de Brusque, criado por iniciativa do Padre Eising juntamente com a Congregação da Divina Providência, e o Hospício Municipal

Oscar Schneider (1920), em Joinville. Estes foram desativados com a transferência de seus pacientes para HCS quando esse entra em funcionamento (COSTA, 2010).

A obra foi construída a uma distância de aproximadamente 22 km do centro de Florianópolis, na localidade do São Pedro de Alcântara, hoje município de São José. No *Relatório do Hospital Colônia Sant’Ana ao Interventor Nereu Ramos*, de 1942, temos a descrição de que a obra foi: “composta de 5 pavilhões, para ambos os sexos, com instalações completas de: laboratório, raios X, gabinete dentário, serviço otorino-laringológico, bloco cirúrgico, serviço de identificação, serviço de balneoterapia e etc.” O hospital possuía ainda casas para “Diretor, Médico Auxiliar, Irmãs e Administrador, Parocho e para funcionários.” Além disso, “padaria, garage, almoxarifado em prédios destinados aquele fim.” Assim, pode-se constatar os grandes investimentos voltados à instalação da instituição.

Entre os acervos documentais abrigados pelo CEDOPE estão cerca de 22 mil prontuários, datados da inauguração do HCS até a década de 1970; livros de ocorrência; livros de registro de entrada; objetos museológicos; fotografias; uma biblioteca de livros médicos, entre outros. Os prontuários, centrais na construção do presente trabalho, forneceram informações sobre quem eram as crianças e jovens que no HCS foram internadas; como foram descritas e diagnosticadas pelos funcionários que as atenderam; os tratamentos pelos quais passaram e os desdobramentos após internação. Esses são documentos únicos, preenchidos pela instituição para cobrir exigências legais, mas que revelam ao historiador o caminho trilhado pelos internos enquanto permaneceram internados.

O *Decreto nº 24.559, de 3 de julho de 1934*, que tinha como objetivo dispor “sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências”, estabelecia uma diretriz em relação à assistência à crianças e jovens: “§ 2º Os menores anormais somente poderão ser recebidos em estabelecimentos psiquiátricos a êles destinados ou em secções especiais dos demais estabelecimentos especiais dos demais estabelecimentos dêsse gênero.” Assim, conforme a legislação do período, eles só poderiam permanecer em estabelecimentos em que não tivessem que compartilhar o mesmo espaço com adultos.

Apesar de passados 7 anos da promulgação da referida lei, quando da inauguração do HCS, desde o início de seu funcionamento e também ao longo das décadas posteriores, o hospital teve como prática o internamento e permanência de crianças e jovens junto aos adultos. A primeira e única tentativa de separação de crianças e jovens dos adultos no hospital é realizada em 1985 quando da criação da Unidade Infantil (UNIFANTO) (FONTOURA, 1997). Apesar do esforço, poucos anos depois a unidade foi extinta. Após esta, nenhuma outra iniciativa foi tomada na instituição e até os dias de hoje, mais de 70 anos após a criação do HCS, não existe na instituição uma ala ou unidade onde as crianças e jovens possam receber tratamento exclusivo, o que evidencia a atualidade do tema.

Tendo em vista a importância de pesquisas e trabalhos que contribuam para as discussões em torno do tema, a dissertação de mestrado da historiadora Bruna Viana da Silveira, intitulada *Um lugar para os ditos anormais: assistência psiquiátrica as crianças e jovens na primeira década do Hospital Colônia Sant’Ana (1942-1951)* buscou analisar os casos de indivíduos menores de 18 anos que foram internados no HCS entre os anos de 1942 e 1951, utilizando prontuários como principal fonte de pesquisa. Como objetivo central buscou-se compreender como se deu o processo de institucionalização do atendimento psiquiátrico a crianças e jovens no estado de Santa Catarina, considerando como objeto principal de análise os discursos médicos e práticas que estiveram envolvidas nesse processo.

O recorte temporal adotado para pesquisa se justifica por entender-se que a primeira década de funcionamento do HCS se constitui de um período relativamente contínuo, com a atuação do diretor geral Agripa de Castro Farias. Como se fechasse um ciclo, o documento intitulado *Relatório referente ao ano de 1951* apresenta um balanço da atuação da instituição ao longo dos dez primeiros anos. A partir da década de 1950 muda-se o diretor geral e o HCS passa a sofrer significativas alterações em sua estrutura e práticas de atendimento (COSTA, 2010). A construção do HCS esteve vinculada a um discurso, divulgado em jornais, relatórios da instituição e mensagens trocadas entre políticos, que destacava a modernização em sua estrutura física.

Nos discursos de políticos e intelectuais envolvidos na criação do HCS encontra-se a exaltação do respaldo científico moderno que ditaria a atuação da assistência psiquiátrica no estado a partir daquele momento, em consonância com

um projeto nacional. Colocava-se a futura atuação do HCS como contraponto em relação a assistência de caráter caritativo e filantrópico que era empregado até então, em Santa Catarina, aos considerados doentes mentais.

Na pesquisa realizada foram localizados nos registros dos livros de entrada 119 casos de crianças e jovens, menores de 18 anos, internadas/os na instituição, num total de aproximadamente 2300 internados. Dos 119 registrados nos livros de entrada 86 prontuários foram localizados e analisados. As idades das crianças e jovens variaram de 6 a 17 anos e entre os principais diagnósticos registrados estiveram: encefalopatia infantil; epilepsia; idiotia; esquizofrenia; oligofrenia; psicose maníaco depressiva e imbecilidade. Dos 86 internados um número de 13 não recebeu qualquer diagnóstico, ao menos em termos de registros, que justificasse sua permanência na instituição, e 1 é descrito como não possuindo nenhum tipo de transtorno mental. Dos tratamentos encontrados nos registros para as crianças e jovens estão eletrochoque, antilúético (tratamento para sífilis) e praxiterapia. Entretanto, dos 86 pesquisados em 30 não há o registro de qualquer tratamento. Dos casos analisados, cerca de 30 crianças e jovens morreram dentro da instituição.

A análise da documentação, que apresentou altos índices de crianças e jovens sem diagnóstico, sem qualquer tipo de tratamento e que faleceram dentro da instituição demonstraram que o hospital pareceu atuar mais como uma instituição asilar, ou o chamado depósito de gente, não atendendo aos pressupostos que marcaram sua criação: espaço destinado ao tratamento dos considerados psicopatas dentro do que havia de mais moderno na psiquiatria do período.

### **Considerações Finais**

O governo de Nereu Ramos em consonância com o Estado Novo empreendeu uma série de medidas para difundir e pôr em prática diversas medidas higienistas. Empreendeu a instalação da Penitenciária e da Colônia Sant'Ana durante as décadas de 1930 e 1940, além da construção de outros estabelecimentos de controle, como o hospital leproário, abrigos de menores e a própria ampliação da penitenciária posteriormente. Também é neste governo que medidas de assistencialismo e

nacionalização são empenhadas, investindo fortemente na educação e normatização dessas condutas (VIANA, 2013, p. 13-15).

Assim, os discursos médicos e juristas buscavam a regeneração dos sujeitos que estavam abrigados na penitenciária e na Colônia Sant’Ana, através do controle do espaço, garantindo sua salubridade e impondo rotinas que valorizavam a educação e o trabalho. A construção das instituições foi moldada a partir de projetos ligados ao contexto da época, visando à regeneração do sentenciado, buscando devolver à sociedade um cidadão útil, e trabalhador.

A documentação produzida por ambas as instituições são sensíveis, no sentido de tratarem de uma memória traumática para as pessoas que passaram por esses lugares. Esses prontuários são possíveis de diferentes leituras e interpretações, por serem produzidos, nas instituições, por diferentes funcionários, no caso da penitenciária, enquanto na Colônia, os dados eram preenchidos unicamente pelo médico responsável. No seguinte trecho podemos observar que:

A documentação produzida por estas instituições é de difícil acesso por diferentes razões. Em ambos os casos, a documentação mais “antiga” e portanto sem valor corrente, foi depositada em locais impróprios à sua preservação, sem uma organização que possibilite a pesquisa. Os arquivos aqui enfocados eram inóspitos à pesquisa, marginalizados dentro das instituições que os geraram, espalhados pelas antigas edificações, que certamente garantiam sua guarda, mas não sua integridade (BORGES, 2013, p. 4).

A penitenciária e a colônia foram espaços que provavelmente marcaram a vida desses sujeitos, pela forma de tratamento, normas, convívio e pessoas que se conheceram nesse lugar. Eram e ainda são espaços de exclusão, que permearam uma história que tenta ser esquecida de Santa Catarina, rodeada de abandono, muitas vezes pela família, Estado e sociedade, onde esses jovens foram abrigados, junto com os adultos, em um espaço que ninguém quer retornar.

## **Referências**

AMORA, Ana M. G. Albano. Modernização em Florianópolis: a contribuição da saúde para a construção da cidade no governo de Nereu Ramos – 1934-195. In: \_\_\_\_\_.

**História da saúde em Santa Catarina:** instituições e patrimônio arquitetônico (1808/1958). Barueri, SP: Minha Editora; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 39-88.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de abandono:** infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

BIAVA, Fernanda C. **Do jovem marginalizado a maior regenerado: um estudo sobre a menoridade na Penitenciária da Pedra Grande (década 1930).** IV Semana Acadêmica de História – "Visões de Mundo: História, Representação e Narrativa", 2015.

BORGES, Viviane. **Arquivos Marginais:** Crime e Loucura em Santa Catarina (1930- 1970). Natal: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

REBELO, F.; CAPONI, S. **A medicalização do crime: a Penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945)** v.11, n.22, p.193-206, mai/ago 2007.

COSTA, Eliani. **Hospital Colônia Sant'Ana:** O saber/poder dos enfermeiros e as transformações históricas (1971-1981). 2010. 299 f. Tese (Doutorado) - Ufsc, Florianópolis, 2010.

FONTOURA, Arselle de Andrade da. **Por entre luzes e sombras:** Hospital Colônia Santana: (re)significando um espaço de loucura. 1997. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Ufsc, Florianópolis, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2013. \_\_\_\_\_, Michel. A governamentabilidade. In: **Microfísica do poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: ED. Vozes, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito Menor.** In PRIORI, Mary Del

(org.) *História da criança no Brasil.* São Paulo, Contexto, 1996.

MIRANDA, Antônio Luiza. **Instituição Penal e Controle Social:** A construção da penitenciária e um novo tratamento da criminalidade em Florianópolis. Ágora: revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, v. 14, n.30, p. 15-22, jul. 1999.

POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande Estudo da Instituição Penal entre 1935 – 1945.** Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2003.

VIANA, Bruna da Silveira. **Entre discursos e práticas:** menores e loucura no hospital Colônia Sant’Ana (1942-1944). Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, SC, 2013.

VIANA, Bruna da Silveira. **Um lugar para os ditos anormais:** assistência psiquiátrica as crianças e jovens na primeira década do hospital Colônia Sant’Ana (1942-1951). Dissertação, Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, SC, 2015.

***Recebido em Dezembro de 2015  
Aprovado em Março de 2016***